
TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA
PARA APOIAR A SEMA-RS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TRÊS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
ESTADUAIS NO BIOMA PAMPA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1. OBJETIVO

Contratação de serviços de consultoria Pessoa Jurídica, no âmbito do Projeto GEF Terrestre, visando apoiar técnica e administrativamente a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul - SEMA RS nos processos de criação de três Unidades de Conservação no Bioma Pampa, localizado no estado do Rio Grande do Sul, abrangendo a elaboração de estudos técnicos complementares, elaboração de análise de sustentabilidade financeira, e apoio na condução dos processos de consulta pública.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal - GEF Terrestre, coordenado pelo Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade (DAP/SBio) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) é financiado com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) como agência executora.

O GEF Terrestre tem por objetivo promover a conservação efetiva da biodiversidade em ecossistemas terrestres, com foco nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal por meio do fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação (UCs), da recuperação de áreas degradadas e da conservação de espécies ameaçadas.

Para o pleno alcance deste objetivo, o projeto é desenvolvido e implementado através de cinco componentes: (1) Criação de Unidades de Conservação; (2) Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação e manejo do fogo; (3) Recuperação de áreas degradadas; (4) Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora; e (5) Comunicação e Integração com comunidades locais.

O FUNBIO atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços. Em 2024, assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 23/2023-MMA com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA RS, visando explicitar as atribuições e responsabilidades das partes para a implementação do projeto “Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre)”, com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A SEMA RS possui três processos para criação de novas Unidades de Conservação (UCs) no Bioma Pampa em andamento, conforme informações constantes no Quadro 1. Processos de criação de novas UCs são bastante complexos, ocorrem por meio do cumprimento de várias etapas, e requerem embasamento técnico de qualidade, além de terem garantidas as oitivas à sociedade a fim de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a UC.

Cada um dos três processos citados possui seu próprio contexto, particularidades e atividades já realizadas, cujos detalhamentos constam nos Apêndices I, II, e III deste Termo de Referência. Embora cada um dos processos tenha seu respectivo histórico, os três encontram-se, atualmente, na mesma etapa, sendo possível, portanto, dar andamento aos mesmos com o apoio de serviços abrangidos dentro do escopo de uma mesma contratação. A localização dos municípios das três propostas encontra-se na Figura 1.

Quadro 1: Informações referentes aos processos de criação de novas Unidades de Conservação no Pampa.

| Apêndice | Proposta | Município (RS) | Área (ha) |
|----------|---|----------------------|-----------|
| I | Candelária | Candelária | 172,27 |
| II | Cerro do Jarau | Quaraí | 17.471,14 |
| III | Dunas de Cidreira e ecossistemas associados | Tramandaí e Cidreira | 5.147,13 |

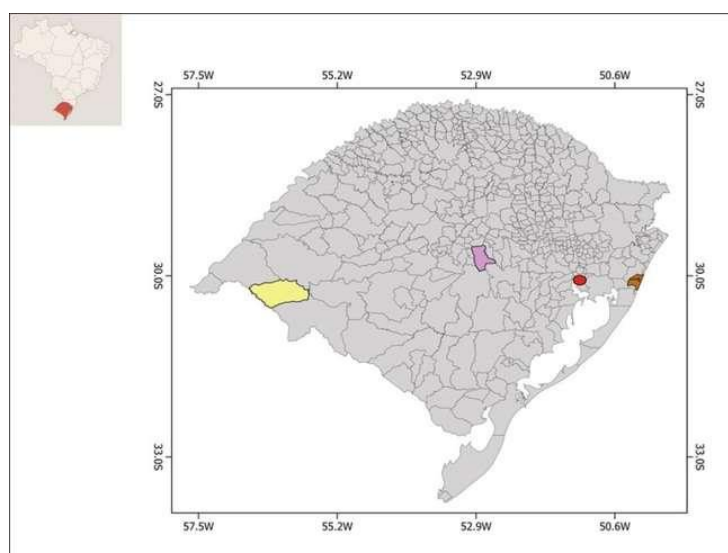


Figura 1: Localização dos municípios que apresentam processos de criação de UCs objetos da contratação em relação aos limites do Estado do Rio Grande do Sul. Em rosa, o município de Candelária (Apêndice I), em amarelo, o município de Quaraí (Apêndice II), e em laranja, os municípios de Tramandaí e Cidreira (Apêndice III). A elipse vermelha corresponde à localização de Porto Alegre, capital do Estado.

3. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

O escopo dos serviços abrange atividades em três linhas de ação, conforme descrito a seguir:

- Análise do conjunto de estudos técnico-científicos e dados geoespaciais existentes, de modo a refinar os limites das áreas indicadas para a criação das unidades de conservação que justifique a definição dos objetivos e categoria de manejo, assim como a delimitação das zonas de amortecimento;
- Elaboração de estudos de sustentabilidade financeira para as três propostas de unidades de conservação a serem criadas;
- Apoio na condução dos processos de consulta pública para a criação das unidades de conservação, referente à organização, logística, e registros, dos respectivos processos;

4. ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS

Encontram-se a seguir os produtos e as atividades necessárias para o desenvolvimento de cada uma das entregas desta contratação.

As atividades serão acompanhadas por uma equipe da SEMA-RS, designada pelo Órgão Gestor logo após a assinatura de contrato. A Equipe será composta por no mínimo cinco servidores.

A consultoria deverá ser desenvolvida de acordo com as seguintes atividades, agrupadas em produtos:

4.1 ETAPA 1 – PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

4.1 A1 - Atividade 1: Reunião de Planejamento

Em uma primeira reunião (presencial) a contratada deve apresentar sua equipe e discutir a metodologia, técnicas e métodos de todas as etapas e fases do trabalho. Deverá ser feito alinhamento de expectativas e esclarecimentos prévios, assim como a organização da dinâmica de trabalho, formato de reuniões e atribuições.

4.1 A2 - ATIVIDADE 2: Elaboração do Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos pela proponente; deve espelhar a forma de trabalhar da Contratada. O cronograma deve conter todas as atividades a serem realizadas, inclusive aquelas que serão desenvolvidas em conjunto com o Órgão Gestor, indicando responsáveis, datas, meios, envolvidos e providências. A execução do Plano de Trabalho deve adotar uma abordagem participativa, interdisciplinar e respeitosa quanto às especificidades culturais e legais de comunidades por ventura inseridas no território em todas as atividades, além de manter diálogo transparente entre os atores envolvidos. Para a elaboração do Plano de Trabalho, a proponente deverá realizar o mapeamento e solicitação de dados disponíveis das áreas de estudo junto à SEMA, devendo conter pelo menos as seguintes informações:

- a. Atividades que serão realizadas em cada produto;
- b. Premissas que levaram à escolha de cada atividade;
- c. Metodologia empregada para a realização das atividades;
- d. Recursos que serão empregados nas atividades;
- e. Cronograma detalhado de atividades.

4.1 - Produto 1 – Plano de Trabalho (P1)

4.2 - ETAPA 2: ATUALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS E ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

4.2 A1 - Atividade 1: Atualização das propostas de limites das UCS

Nesta atividade, a Contratada realizará a revisão das propostas técnicas existentes (elaboradas pelas equipes técnicas e constantes nos respectivos processos administrativos de criação das Unidades de Conservação). Deverá ser feita análise geoespacial a partir das informações elencadas e que apresentam o conjunto de informações técnicas e geoespacializadas para delimitação aprimorada da poligonal das Unidades de Conservação e levantamento de oportunidades existentes dentro dos limites propostos e manejos permitidos dentro e para a proposição zona de amortecimento.)

Para a consolidação do limite proposto deverão ser usados os seguintes critérios:

- Caracterização física (condições climáticas, a geologia, a geomorfologia, a pedologia, os recursos hídricos)
- Caracterização biológica (cobertura vegetal e flora, fauna, paleontologia; destacar o status de conservação e grau de endemismo, distinguindo-se as espécies ameaçadas, em perigo de

extinção, em extinção e migratórias que reforcem as justificativas para a criação da unidade de conservação)

- Caracterização socioeconômica: abordando o uso e ocupação do solo na área indicada para criação da unidade e no seu entorno imediato (raio de 03 km), principais atividades econômicas, principais vetores de pressão, histórico das ocorrências de incêndios e dados de detecção de focos de calor via satélite, territórios, povos e comunidades tradicionais e usos tradicionais de recursos naturais, potencial turístico da região; deverão ser destacados os possíveis impactos sobre as comunidades locais com a implantação da unidade de conservação, indicativos da aceitabilidade da nova unidade pela população, bem como a viabilidade de implantação.
- Caracterização fundiária: levantamento do perfil fundiário através do Cadastro Ambiental Rural – CAR, e abordagem fundiária das ocupações no interior dos limites da área indicada para criação da nova unidade de conservação e seu entorno imediato (proposta de ZA, se possível),
- Análise Integrada: este item síntese deverá abordar a relevância da área para a conservação da biodiversidade e apresentar as justificativas para a sua inclusão na categoria de manejo proposta. A análise integrada deverá apresentar exposição de motivos (baseados nas informações realizadas anteriormente) devendo ser acessível a todas as pessoas direta e indiretamente envolvidas no processo de criação, destacando os principais atributos que justifiquem a nova unidade de conservação. Este item deverá indicar a escolha da categoria de manejo, bem como propor os limites da área a ser protegida, os quais deverão ser coerentes, visando o menor impacto sobre as comunidades locais e almejando a maior eficiência para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade.

Em relação ao banco de dados geográficos das UCs e à elaboração do material cartográfico, a apresentação de informações geoespaciais deverá adotar a padronização instituída. Os arquivos digitais com a representação dos objetos deverão ser entregues nos formatos Shapefile (contendo as extensões: .shp, .dbf, .shx e .prj) e/ou Geopackage (.gpkg) e os arquivos Google Earth (.kml e .kmz). Os arquivos deverão ser elaborados em coordenadas UTM e referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (código EPSG: 31982, 31983 ou 31984 de acordo com o fuso da localização da UC), que é o oficial do Sistema Geodésico Brasileiro. A escala de trabalho desejada é de 1:125.000, contudo, de acordo com as áreas das UCs, ajustada para que a área das propostas estejam claras nos mapas a serem realizados no processo de consulta pública.

Não são esperados levantamentos de campo para caracterização física, biológica ou socioeconômica.

Deverão ser, também, levantados subsídios preliminares para proposição de uma Zona de Amortecimento de cada uma das UCs, fazendo uma análise das microbacias em que as propostas estão inseridas e verificando as ameaças potenciais aos objetivos. Para a delimitação de proposta de ZA poderão ser considerados ainda: remanescentes de ambientes naturais próximos das propostas, áreas de recarga de aquífero, locais de nidificação de aves, áreas com potencial de conectividade, ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos, locais de desenvolvimento de projetos e programas federais, estaduais e municipais com potencial pareceria com a UC (assentamentos, comunidades indígenas, quilombolas, projetos agrícolas), sítios arqueológicos e paleontológicos. Preferência para que haja limites identificáveis, como estradas, cursos d'água ou outros elementos que facilitem o seu reconhecimento

Não serão aceitas propostas que não atendam as diretrizes e restrições previstas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Projeto GEF Terrestre, especialmente no que diz respeito a reassentamentos involuntários.

4.2 - Produto 2 (P2) – Relatório e arquivos digitais com proposta de limites das três Unidades de conservação a serem criadas no Pampa e subsídios para futura delimitação da zona de amortecimento.

4.2 - Produto 2a - Candelária (P2a)

4.2 - Produto 2b – Cerro do Jarau (P2b)

4.2 - Produto 2c – Dunas de Cidreira e Ecossistemas Associados (P2c)

4.2 A 2 - Atividade 2: Estudos de sustentabilidade financeira das 3 UCS considerando:

A elaboração de um Plano de Sustentabilidade Financeira que contemple o cenário local de cada Unidade de Conservação a ser criada é objeto deste item do Termo de Referência. O estudo da sustentabilidade financeira faz-se necessário considerando o art. 39, §3º, e art. 46 da Lei Estadual nº 15.434/2020, que estabelece: “O Estado, ao propor a criação e ampliação de Unidade de Conservação, deverá demonstrar claramente a previsão e alocação de recursos humanos e orçamento, bem como indicar fontes de recursos futuras para sua manutenção e regularização fundiária”.

Espera-se a realização de diagnóstico para levantar fontes de financiamento existentes e potenciais, lacunas de financiamento e estratégias financeiras para as UCs a serem criadas, tanto para o momento de criação (regularização fundiária - se necessária - e estruturação inicial da UC), quanto para sua manutenção. Será necessário estimar custos reais de referência para a implantação de infraestrutura básica e manutenção anual. Também mapear fontes de recursos potenciais e mecanismos que possam contribuir com a sustentabilidade financeira das UCs, com destaque ao **levantamento de oportunidades já existentes e potenciais**, como perspectiva de fortalecimento e consolidação da UC, com integração e envolvimento de comunidades à Unidade de Conservação, incluindo uma análise de prioridades. Citam-se: identificação de atrativos e potencial de uso da UC, como turismo rural e ecoturismo, levantamento de políticas e programas de apoio à conservação e uso sustentável, mapeamento de ações locais e comunitárias relacionadas à conservação, pesquisa, turismo ecológico e educação ambiental, manejo produtivo ecológico e em conformidade com as diretrizes e categorias de manejo propostas

Neste contexto, a consultoria buscará indicar caminhos e soluções para viabilizar e garantir a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação propostas, com base nas potencialidades identificadas, visando a geração de oportunidades de desenvolvimento local sustentável com base na UC e valorização das comunidades.

4.2 - Produto 3 – Proposta de sustentabilidade financeira (P3)

4.2 - Produto 3a - Candelária (P3a)

4.2 - Produto 3b - Cerro do Jarau (P3b)

4.2 - Produto 3c - Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P3c)

4.3 - ETAPA 3: CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública é o espaço formal de participação da sociedade civil organizada e da cidadania no processo de criação de Unidades de Conservação, assegurando a oportunidade para que a sociedade se manifeste em relação à proposta. A consulta pública consiste em um processo que deve

proporcionar, de forma legítima e efetiva, oportunidades de interlocução entre atores sociais das esferas governamental e não-governamental envolvidos, bem como de oitiva da população para definir a localização, a dimensão, a categoria, os limites mais adequados para uma Unidade de Conservação, de forma a subsidiar o Poder Público na conformação da proposta apresentada. A consulta pública é de caráter consultivo e propositivo, aberto à participação de qualquer interessado. O processo terá como premissas:

I – Garantir a oportunidade de participação de todos os grupos de interesse;

II – Explicitar de forma clara e acessível para todos os públicos, a motivação e a fundamentação da proposta apresentada.

O processo deve: ser conduzido de forma impessoal, focado no interesse público; garantir que o interesse social prevaleça sobre interesses particulares; ser divulgado de forma clara e abrangente em todas as suas etapas; contemplar as Consultas Livre, Prévia e Informada à Comunidade Tradicional, conforme estabelecida na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O processo de consulta pública será antecedido por uma fase de planejamento da comunicação, seguido de três etapas:

I – Reuniões preliminares com setores específicos

II – Ampla consulta por meio de comunicação eletrônica

III – Reunião Pública

4.3 A1 - Atividade 1: Planejamento da Comunicação

Para apoiar o processo de Consulta Pública a consultoria deverá realizar o Plano de Comunicação Social a ser utilizado ao longo de cada um dos processos de criação. A contratada deve fazer levantamento de principais oportunidades e desafios de cada um dos processos assim como fazer das principais mídias locais relacionadas. Deverão ser elencadas pessoas e instituições chave de organizações governamentais e da sociedade civil e elaborado o cronograma de atuação com cada um. Deverá ser feito o planejamento conjunto com a equipe de coordenação dos processos assim como com a Assessoria de Comunicação da SEMA.

Os Planos deverão contemplar:

I- Materiais de comunicação para a sociedade que contenham informações claras e didáticas, incluindo guia de perguntas e respostas sobre a proposta, mapas didáticos, imagens da área (paisagem, fauna, flora, bens culturais, população, economia, etc), principais oportunidades e benefícios que a UC pode trazer para a região;

II– Listagem de pessoas e instituições diretamente envolvidas/afetadas por cada unidade de conservação incluindo: população residente no interior e entorno, órgãos públicos da região, Universidades, organizações da sociedade civil e representantes dos setores econômicos predominantes na região.

III – Levantamento de mídias locais/regionais a serem informadas (incluindo jornais, rádios, sites e influenciadores digitais)

IV – Planejamento das reuniões setoriais a serem realizadas (públicas e horários mais adequados para reuniões, municípios)

V - Identidade visual, *templates* de powerpoint, cartazes, banners de cada UC.

4.3 - Produto 4 – Plano de Comunicação (P4)

4.3 - Produto 4a - Candelária (P4a)

4.3 - Produto 4b – Cerro do Jarau (P4b)

4.3 - Produto 4c – Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P4c)

4.3 A2 - Atividade 2: Realização de reuniões setoriais

As reuniões preliminares com setores específicos (setoriais) tem por objetivo proporcionar espaços que favoreçam o diálogo entre os presentes, envolvendo grupos menores de pessoas, de modo a apresentar a proposta de maneira detalhada, enfatizando pontos que sejam de interesse dos respectivos setores. As reuniões setoriais serão coordenadas pela equipe da SEMA, devendo contar com a equipe da Contratada para organização e facilitação das mesmas. Estão previstas 15 reuniões setoriais presenciais nos municípios em que se propõem as UCs. O público de pesquisadores poderá ter reunião em formato virtual, caso se entenda como importante.

Caberá a contratada:

- Fazer o mapeamento detalhado dos atores e contatos para cada uma das reuniões previstas
- Avaliar com convidados data/hora mais adequados para a realização das reuniões e fazer o gerenciamento de confirmações
- Buscar local para a realização das reuniões, com apoio da SEMA
- Elaborar os convites
- Disponibilizar água, café e lanche nas reuniões presenciais
- Elaborar proposta técnica participativa para a condução da reunião, considerando atividades dinâmicas, interativas e ferramentas que facilitem o alcance dos objetivos pretendidos considerando os níveis de escolaridade dos participantes e particularidades regionais
- Consolidar fio logico e programação em conjunto com a SEMA
- Ter equipe de moderação presente
- Imprimir e disponibilizar mapas e materiais didáticos de apoio a reunião (materiais de apoio como textos, figuras, mapas, notebooks, tarjetas, folhas, apontador laser, pincéis e cartolinas)
- realizar a relatoria e os registros em imagens (fotos e vídeos) das reuniões, assim como a lista de presenças.
- Ter coordenador e equipe técnica presente nas reuniões
- Realizar reuniões com equipe SEMA

Caberá à SEMA

- Contatar as prefeituras antes do início das atividades
- Disponibilizar lista previa de contatos e aprovar a lista de convidados
- Apoiar no mapeamento de locais para a realização das reuniões
- Arcar com os custos de seus participantes nas reuniões
- Enviar os convites formais aos participantes
- Coordenar as reuniões e apresentar as propostas junto com a contratada

Caso a reunião não possa ser presencial, por motivo de força maior e determinação da SEMA RS a contratada deverá garantir toda a logística e planejamento para que as reuniões sejam realizadas de forma virtual. A empresa contratada deverá usar plataforma que possibilite a realização de atividades em plenária e em grupos, sendo imprescindível garantir a participação dos convidados, atendendo a realidade local.

A mobilização para as reuniões deverá ser iniciada com pelo menos 30 dias de antecedência.

As reuniões deverão contar com a participação de equipe-chave da Contratada, que deverá custear as despesas de seus profissionais, incluindo deslocamento, hospedagem e alimentação. Além disso,

as reuniões serão moderadas pela Contratada, contando com ao menos 03 profissionais. De forma complementar, a Equipe SEMA também deverá disponibilizar profissional para participar diretamente da moderação das reuniões e ter equipe presente.

Segue abaixo a relação das reuniões previamente avaliadas como necessárias, sujeitas a alterações:

Monumento Natural Candelária

- a) 01 (uma) reunião com pesquisadores.
- b) 01 (uma) reunião com instituições públicas e sociedade civil. Esta reunião será realizada na sede do município. Serão convidados para participar da reunião os atores locais que possuem relação com a UC, tais como: trade turístico, comércio local, ONGs, comunidades próximas, dentre outros.

Monumento Natural Cerro do Jarau

- a) 01 (uma) reunião com os moradores situados dentro dos limites de abrangência da proposta e vizinhos imediatos
- b) 01 (uma) reunião com instituições públicas. Esta reunião será realizada na sede do município de Quaraí.
- c) 01 (uma) reunião com instituições da Sociedade Civil locais que possuem relação com a UC, tais como: trade turístico, comércio local, ONGs.
- d) 01 (uma) reunião com setor produtivo local e regional

Dunas de Cidreira e Ecossistemas Associados:

- a) 01 (uma) reunião com pesquisadores.
- b) 01 (uma) reunião com instituições públicas e organizações da sociedade civil.
- c) 01 (uma) reunião com os moradores situados dentro dos limites de abrangência da proposta
- d) 01 (uma) reunião com o setor produtivo.

A consultoria deverá realizar um levantamento das comunidades tradicionais que possuem relação direta ou indireta com as unidades de conservação, utilizando de metodologia específica, a ser apresentada no Plano de Trabalho. A partir desse levantamento, serão realizadas reuniões, conforme a conveniência de cada comunidade (sendo possível otimizar as reuniões por núcleos, caso viável), com o objetivo de realizar uma avaliação dos seus mecanismos de organização e existência de protocolos de oitiva, de forma a mapear a maneira que as comunidades esperam ser consultadas, além de compreender os usos de cada uma destas comunidades na UC. Deverá ser realizada 01 Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em cada uma das Comunidades Tradicionais que visam atender ao Art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Caso seja identificado pela consultoria que algumas dessas comunidades não possuam relação territorial com as UCs, não será necessária a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada.

No Brasil, a CLPI é um direito das comunidades indígenas e quilombolas de serem devidamente consultadas mediante quaisquer decisões administrativas e legislativas que as afetem. Tem por objetivo esclarecer aos participantes o que são as unidades de conservação e possíveis impactos. Além disso, nestas ocasiões, deve-se obter dados e informações dos participantes sobre seus usos e relações com a UC visando subsidiar as caracterizações, a identificação e análise dos recursos e valores fundamentais e o zoneamento das UCs.

4.3 - Produto 5 – Relatórios das Reuniões setoriais (contendo as atas, documentação fotográfica, listas de presença e sistematização das informações coletadas e sugestões recebidas) (P5)

4.3 - Produto 5a - Candelária (P5a)

4.3 - Produto 5b - Cerro do Jarau (P5b)

4.3 - Produto 5c - Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P5c)

4.3 A3 - Atividade 3: Ampla Consulta

A ampla consulta se dará por meio de comunicação eletrônica e tem como objetivo fornecer o espaço de participação para as representações da sociedade que não estão inseridas na área de abrangência direta da Unidade de Conservação. Ou seja, a segmentos sociais **não locais**.

A Contratada deverá:

- Elaborar e disponibilizar formulário de consulta em versão para resposta *online* e/ou *off-line*
- Gerenciar e sistematizar as informações coletadas
- Elaborar respostas aos questionamentos e nivelar com a SEMA
- Analisar e sistematizar respostas fundamentadas às considerações recebidas

A ampla consulta deverá acontecer por um período igual ou superior a 30 dias

4.3 - Produto 6 – Relatórios da Ampla Consulta (P6)

4.3 - Produto 6a - Candelária (P6a)

4.3 - Produto 6b - Cerro do Jarau (P6b)

4.3 - Produto 6c - Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P6c)

4.3. A 4 - Atividade 4: Realização de 3 Reuniões Públicas

A Reunião Pública tem como objetivo fornecer espaço para ampla participação da sociedade para colher as impressões e contribuições, bem como esclarecer dúvidas dos participantes. Cada reunião Pública deverá ser realizada em algum dos municípios em que estão situadas as Unidades de Conservação em discussão, e deverão ser amplamente divulgadas, utilizando os meios de comunicação social disponíveis e levantadas no Plano de Comunicação. As reuniões públicas serão realizadas com o apoio do Gabinete da SEMA RS, devendo ser designado por esta um Coordenador, bem como equipe de apoio.

A organização, divulgação e realização da reunião pública, seguirão os moldes da Portaria SEMA nº 32/2014, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas referentes à apresentação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação administradas pela SEMA.

Na reunião pública deverão ser apresentados resultados das reuniões setoriais e da ampla consulta evidenciando a evolução das propostas. Os resultados dessa etapa serão sistematizados e disponibilizados aos interessados.

Caberá a contratada:

- Buscar e viabilizar local compatível para a realização da Consulta Ampla

- Fazer os contatos necessários
- Divulgar a realização da Ampla Consulta
- Disponibilizar equipamento audiovisual
- Disponibilizar mapas e materiais didáticos
- Elaborar material para apresentação
- Disponibilizar lista de presenças e garantir a seu correto preenchimento
- Disponibilizar equipe técnica e administrativa para apoio a reunião
- Apoiar a equipe SEMA na apresentação da proposta e na condução da reunião
- Realizar filmagem e gravação da reunião
- Veicular em formato para reunião online

Caberá a SEMA

- Apoiar na busca de local para realização (por exemplo contatar municípios e câmaras de vereadores)
- Presidir a Reunião
- Disponibilizar equipe
- Apresentar as propostas

4.3 - Produto 7 – Relatórios das Reuniões Públicas (contendo ata e sistematização das informações recebidas) (P7)

4.3 - Produto 7a - Candelária (P7a)

4.2 - Produto 7b - Cerro do Jarau (P7b)

4.2 - Produto 7c - Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P7c)

4.4 - ETAPA 3: CONSOLIDAÇÃO

4.4 - Atividade 1 - Consolidação das propostas

Com base no conjunto de atividades realizadas no escopo deste termo de referência, a Consultoria deverá discutir com a SEMA RS e consolidar proposta técnica final a ser transformada em Projeto de Lei, considerando todas as manifestações recebidas no processo de consulta pública. Também deverão ser atualizadas as informações relacionadas aos estudos de sustentabilidade financeira recebidos nos processos de consulta pública, contendo um capítulo específico sobre isso.

4.4 - Produto 8 – Proposta consolidada de UC e subsídios para zona de amortecimento (P8) e

4.4 - Produto 8a - Candelária (P8a)

4.4 - Produto 8b - Cerro do Jarau (P8b)

4.4 - Produto 8c - Dunas de Cidreira e ecossistemas associados (P8c)

5. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

Os serviços descritos neste TdR serão desempenhados pela Contratada no prazo de até 330 dias, a contar da data de assinatura do contrato com o FUNBIO, o qual possuirá vigência total de até 365 dias.

Os pagamentos serão vinculados ao alcance dos resultados (cumprimento das etapas e entrega dos produtos previstos), conforme cronograma a seguir:

| Entrega | Entrega em dias corridos após a assinatura do contrato | Pagamento (%) |
|---|--|---------------|
| Produto 1 - Plano de Trabalho | 15 | 10 |
| Produto 2a – Proposta preliminar de limite da UC e subsídios para delimitação de ZA para UC 1 | 60 | 7,66 |
| Produto 2b – Proposta preliminar de limite da UC e subsídios para delimitação de ZA para UC 2 | | 7,67 |
| Produto 2c – Proposta preliminar de limite da UC e subsídios para delimitação de ZA para UC 3 | | 7,67 |
| Produto 3a – Estudo de viabilidade financeira da UC 1 | 90 | 3,33 |
| Produto 3b – Estudo de viabilidade financeira da UC 2 | | 3,33 |
| Produto 3c – Estudo de viabilidade financeira da UC 3 | | 3,34 |
| Produto 4a – Plano de Comunicação UC 1 | 120 | 2,33 |
| Produto 4b – Plano de Comunicação UC 2 | | 2,33 |
| Produto 4c – Plano de Comunicação UC 3 | | 2,34 |
| Produto 5a - Relatórios das Reuniões Setoriais UC 1 | 200 | 6,66 |
| Produto 5b - Relatórios das Reuniões Setoriais UC 2 | | 6,67 |
| Produto 5c - Relatórios das Reuniões Setoriais UC 3 | | 6,67 |
| Produto 6a - Relatórios da Consulta Ampla UC 1 | 260 | 3,33 |
| Produto 6b - Relatórios da Consulta Ampla UC 2 | | 3,33 |
| Produto 6c - Relatórios da Consulta Ampla UC 3 | | 3,34 |
| Produto 7a - Relatórios das Reuniões Públicas UC 1 | 300 | 3,33 |
| Produto 7b - Relatórios das Reuniões Públicas UC 2 | | 3,33 |
| Produto 7c - Relatórios das Reuniões Públicas UC 3 | | 3,34 |
| Produto 8a - Proposta consolidada da UC 1 e de subsídios para delimitação de ZA | 330 | 3,33 |
| Produto 8b - Proposta consolidada da UC 2 e de subsídios para delimitação de ZA | | 3,33 |

| | | |
|--|--|------|
| Produto 8c - Proposta consolidada da UC 3 e de subsídios para de-limitação de ZA | | 3,34 |
|--|--|------|

O contrato terá duração total de 365 dias.

Devem estar inclusos no valor da proposta a remuneração dos serviços prestados pela consultoria (pessoal, logística, materiais, etc), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

Dada a complexidade dos produtos, recomenda-se que a Contratada disponha de equipe para conduzir todas as etapas do processo.

A Contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br), devidamente aprovados pela equipe técnica da SEMA.

Os produtos devem ser entregues à Equipe da SEMA que irá avaliar e aprová-los. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pela Equipe, a Contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para então serem aprovados. **A Equipe SEMA terá até 15 dias para análise de todos os produtos, exceto o Plano de Trabalho que será de 10 dias para análise**

O contrato será celebrado com o Funbio com recursos do Programas GEF Terrestre e o pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA. Trata-se do documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com o solicitado.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente. Todos os documentos deverão estar em linguagem compatível com o público-alvo.

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

As imagens devem ser entregues em arquivos de alta e baixa resolução, em formato .tiff ou .jpeg, georreferenciadas, conforme o caso. Toda a base cartográfica do projeto deve ser georreferenciada e entregues os shapefiles e KML/KMZ de todos os mapas, assim como as tabelas de dados, os metadados, os arquivos em formato geodatabase, os projetos nos softwares de SIG (.mxd e .qgs) e o banco de dados espaciais elaborado. Os arquivos de texto devem estar em formato .docx e as planilhas em formato .xlsx.

Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse status.

A versão final de todos os produtos deverá ser entregue em formato digital, cujo armazenamento é de responsabilidade da Contratada, o que também se aplica aos arquivos de apoio e às versões preliminares. Por arquivos de apoio, entende-se mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos e vídeos. Além disso, as versões finais dos produtos deverão ser entregues em 01 via impressa e em vias digitais disponibilizadas por nuvem.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara, tanto nos documentos impressos como nos arquivos eletrônicos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições.

7. INSUMOS NECESSÁRIOS E RESPONSABILIDADES

Caberá à Contratada:

- Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos neste TdR, tais como computadores, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência;
- Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais, tais como reuniões, reconhecimento de campo e Oficinas, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem e alimentação e outros;
- Organizar, mobilizar e custear alimentação das reuniões prévias com atores locais, comunidades tradicionais;
- Organizar, mobilizar e custear as despesas relativas à logística, tais como: locais das reuniões, alimentação, equipamentos de audiovisual, etc;
- Custear as despesas de diagramação e impressão de documentos, tais como mapas, textos, figuras;
- Elaborar atas a serem aprovadas pelas partes, de todas as reuniões realizadas, com as suas respectivas decisões e encaminhamentos;
- Fornecer recursos e materiais necessários para a execução das atividades presenciais, tais como notebooks, tarjetas, apontador laser, pincéis e cartolinas, locação de sala (se necessário) equipamentos de projeção, etc;
- Fornecer apoio administrativo para os processos de consulta pública
- Fornecer infraestrutura audiovisual para as reuniões públicas;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que a Equipe verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.

Caberá a Equipe de Planejamento:

- Conceder a(s) autorização(ões) para o desenvolvimento das atividades previstas na legislação, se necessário;
- Disponibilizar à Contratada todos os documentos existentes na sede da SEMA RS que possam contribuir com a elaboração das propostas, mediante prévia solicitação e análise;
- Providenciar documento de apresentação da contratada como responsável técnica por esta consultoria para todos os fins que possam ser necessários;
- Examinar e avaliar os materiais apresentados pela Contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas previsões deste TdR, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho previamente aprovado;
- Se responsabilizar pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de sua equipe para as atividades em campo, sem com isso onerar a contratada;
- Apoiar a Contratada no desenvolvimento das atividades previstas neste TdR, conforme solicitação;
- Apresentar a contratada junto a locais em que seja possível a realização das reuniões, tais como Prefeituras, Sindicatos etc;

- Fazer contato prévio com as Prefeituras Municipais para fins de desenvolvimento das atividades da contratada.

8- QUALIFICAÇÃO

A organização proponente deverá ter experiência comprovada na elaboração de, ao menos, 02 (dois) estudos de criação de unidade de conservação (exceto RPPN), planos de manejo participativo de UCs estaduais ou federais, avaliação de áreas prioritárias para conservação de biodiversidade, planejamento de conservação de áreas ou espécies ameaçadas, áreas prioritárias para a conservação, projetos de planejamento participativos na área ambiental.

A proponente deverá dispor de equipe técnica, composta por profissionais nas formações abaixo especificadas, conforme diferentes perfis. Além da experiência mínima requerida neste Termo de Referência, os profissionais serão classificados conforme critérios estabelecidos no Anexo “Critérios de Avaliação”.

Perfil 01 - Coordenador do Trabalho

O profissional será o responsável principal de conduzir todo o processo de elaboração dos estudos técnicos da área proposta para criação da unidade de conservação, deverá coordenar todos os demais profissionais que compõe a equipe de profissionais, alinhando a equipe executora em todas as etapas e atividades do projeto; coordenar e planejar as atividades das equipes; coordenar a elaboração, revisão e entrega dos produtos conforme requisitado neste termo de referência; garantir o planejamento e a execução de todas as etapas do cronograma; garantir que a infraestrutura e logística esteja disponível para a realização de todas as atividades como viagens e reuniões; ser responsável pela comunicação entre a equipe da SEMA RS e demais profissionais. É necessário que tal profissional tenha habilidade para mediação e resolução de conflitos, promoção de acordos entre diferentes grupos envolvidos no processo de criação de UC, assim como capacidade de liderança. Formação acadêmica superior, na área de ciências naturais, ou área relacionada. Experiência na coordenação de equipe técnica da área ambiental em no mínimo 02 (dois) projetos/trabalhos.

Perfil 02 - Especialista de Meio Ambiente:

O profissional será o responsável por sistematizar as informações do meio biótico das áreas de interesse para criação das 3 unidades de conservação. Levantamento de oportunidades e desafios nas regiões abrangidas. Formação acadêmica superior em Ciências Biológicas ou áreas afins com mestrado e experiência na realização de estudos ambientais relativos ao meio biótico em no mínimo 02 (dois) projetos/trabalhos de planejamento territorial de áreas protegidas. Experiência profissional com proposição e gestão de áreas protegidas. Será um diferencial ter participado de pelo menos um (02) processo de criação de unidade de conservação

Perfil 3 Especialista em Geoprocessamento: o profissional será responsável pelas análises de geoprocessamento, o levantamento e abordagem fundiária das ocupações no interior dos limites das áreas indicadas para criação das novas unidades de conservação, elaboração de mapas, modelagens etc. Formação acadêmica superior em engenharia e ciências naturais, como Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Agrimensura/Cartografia, Engenharia Florestal. Profissionais com outras formações serão avaliados quanto à pertinência em relação ao tema. Experiência na realização de diagnósticos fundiários e/ou regularização de propriedades (receberão uma melhor avaliação as experiências diretamente relacionadas a Unidades de Conservação).

Perfil 04 – Especialista em Ciências Sociais:

Profissional será responsável pelo levantamento de atores sociais relacionado às unidades de conservação em processo de criação de UCs, assim como, apoio no levantamento de oportunidades e desafios no entorno e interior das UCs propostas. Fazer o levantamento de PCT assim como as reuniões com eles. Formação acadêmica superior em ciências humanas, sociais, geografia e áreas afins com experiência no desenvolvimento de trabalhos na área socioambiental realizados com Povos e/ou Comunidades Tradicionais. Deverá ter experiência em diagnóstico e projeto histórico-cultural no bioma Pampa assim como em moderação de processos participativos

Perfil 05 - Especialista Sustentabilidade Financeira de Unidades de Conservação

Profissional responsável por elaborar os Planos de Sustentabilidade Financeira das três unidades de conservação. Deverá ter formação acadêmica superior, na área de economia, administração ou áreas correlatas com experiências em conservação da biodiversidade ou desenvolvimento rural que permitam a elaboração do planejamento de sustentabilidade financeira.

Perfil 06 - Especialista em Comunicação Social

Profissional responsável pela elaboração dos Planos de Comunicação, com capacidade para elaboração de designs e levantamentos de meios de comunicação a serem informados sobre os processos. Deverá apoiar na adaptação da linguagem técnica para a de fácil compreensão pelo público geral. Deverá possuir formação acadêmica superior na área de comunicação Social- Jornalismo, ou áreas correlatas; experiência profissional na área ambiental, preferencialmente com elaboração e execução de Planos de Comunicação na área de conservação da Biodiversidade.

Os profissionais especialistas terão como propósito assessorar o Coordenador na elaboração dos produtos contratados, atuando no levantamento e análise de informações e dados relacionados aos aspectos administrativos, físicos, bióticos, socioeconômicos, histórico-culturais e cartográficos da UC, de acordo com a especialidade exigida, assim como apoiar a realização das reuniões e consultas prévias. A equipe descrita acima é entendida como mínima para execução desta consultoria e é por meio destes profissionais que será avaliada a capacidade técnica do quadro da concorrente. Contudo, **outros profissionais que a proponente julgar necessário poderão ser apresentados na proposta a ser submetida**, como técnicos de apoio, principalmente a fim de assegurar o cumprimento dos prazos indicados neste Termo.

A contratada deverá apresentar, na **Proposta Técnica**, além da equipe que fará a execução dos trabalhos, suas atribuições e um planejamento de tempo de dedicação de cada membro. Durante as avaliações da Pessoa Jurídica e de seus profissionais, serão consideradas apenas as qualificações relevantes para os trabalhos exigidos neste TdR, de acordo com a documentação enviadas ao Funbio. É importante que a documentação seja clara e suficiente para comprovação dos requisitos exigidos neste TdR, não sendo consideradas informações subjetivas referente a atividade/experiência realizada. A proponente deverá enviar, junto com a Proposta Técnica, os documentos comprobatórios das formações e experiências solicitadas. Caso não haja envio das comprovações juntamente com a Proposta Técnica, a proponente pode ser desconsiderada do processo. Apenas serão aceitos como documentos comprobatórios:

- contratos de trabalho, prestação de serviços ou consultoria firmados entre contratante e contratado, devidamente assinados.
- atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos pelo contratante;

- publicações técnicas ou científicas - versão digital ou digitalizada (artigos científicos publicados, dissertações de conclusão de curso e/ou de mestrado, teses de doutorado, etc.), em que conste o nome do membro da equipe da proponente como autor ou co-autor;

Os documentos comprobatórios devem conter:

- o nome do profissional/prestador de serviços,
- o objeto da contratação e as atividades realizadas ou atribuições do profissional,
- bem como a data de início e previsão de término dos trabalhos realizados/serviços prestados emitidas por entidade competente para tal, não sendo aceitas declarações de próprio punho ou experiências obtidas durante a graduação.

Atenção: Não serão considerados como comprovação de experiência planos de manejo de RRPNS, Anotação Responsabilidade Técnica (ART) termos de referência ou editais de contratação nos quais o profissional membro da equipe responsável pela execução dos trabalhos tenha apenas concorrido. **A apresentação de comprovação da formação acadêmica dos profissionais solicitados é obrigatória e tem caráter eliminatório.**

Para subsidiar e otimizar os trabalhos da equipe contratante na avaliação do cumprimento dos requisitos previstos e respectivos documentos comprobatórios, a proponente deverá **incluir em sua Proposta Técnica um Quadro** em que conste a referência completa, para cada profissional, dos projetos/ações/experiências e link para acesso (em diretório virtual ou nuvem) aos respectivos documentos comprobatórios de cada requisito previsto nos quadros citados (replicando as informações para os casos de perfis com mais de um profissional), seguindo o modelo do Quadro I a seguir.

Quadro I: Quadro-modelo para organização e apresentação dos documentos comprobatórios da formação e experiência profissional da instituição e dos membros da equipe responsável pela execução dos trabalhos na Proposta Técnica.

| Descrição Requisito (Formação ou Experiência) | Relação dos documentos comprobatórios |
|---|--|
| 1. Formação acadêmica de maior grau do coordenador na área ambiental | 1.1. Formação "X" Instituição "X", Ano de conclusão "X" - Nome do arquivo do documento comprobatório correspondente + formato + local de acesso (pasta enviada ou link) 1.2. ... |
| 2. Experiências de proposição, planejamento e/ou implantação de corredores ecológicos | 2.1. Nome completo do projeto/ação/trabalho/experiência "X" + Instituição contratante ou parceira "X" - Nome do arquivo do documento comprobatório correspondente formato + local de acesso (link de acesso em diretório virtual/nuvem) 2.2. ... |

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pela Contratada para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será a Equipe instituída pelo Órgão Gestor, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar de todas as etapas dos processos de criação de UC. Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pela Equipe do Órgão Gestor, assim como devem passar pela anuência do Funbio enquanto Contratante.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA QUE IRÁ APOIAR A SEMA-RS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TRÊS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS NO BIOMA PAMPA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

APÊNDICE I

Nome da proposta:

Criação de Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral para proteção do patrimônio paleontológico no município de Candelária/RS.

Número do processo administrativo (PROA):

19/0500-0003282-4

Categoria de Manejo da Unidade de Conservação proposta:

Considerando a singularidade e importância fossilífera da Sanga dos Fósseis, bem como a beleza cênica da região onde se insere, visto a presença do Cerro do Botucaraí ao horizonte, o melhor enquadramento para a área é de Unidades de Proteção Integral da categoria Monumento Natural, conforme descrito no art. 12 da Lei Federal n.º 9.985/2000.

Histórico/contextualização da demanda de criação:

O Estado do Rio Grande do Sul, conforme o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 15.434/2020), é responsável, juntamente com a União, pela proteção do patrimônio paleontológico, prevendo, entre as medidas, a criação de Unidades de Conservação (UCs). Nesse contexto, insere-se a área de 172,27 hectares localizada no município de Candelária, na Depressão Central do Estado, especificamente na localidade de Rincão do Pinheiro, onde se encontra parte do córrego Sanga Pinheiro/dos Fósseis. A relevância científica da área remonta às expedições realizadas desde a década de 1930 por pesquisadores de renome internacional, entre eles o paleontólogo Llewellyn Price. Os afloramentos da Formação Santa Maria presentes na região contêm fósseis do Triássico Médio-Superior, pertencentes à Zona de Associação de *Dinodontosaurus*, correlacionável, na Argentina, à Zona de Associação *Dinodontosaurus-Massetognathus-Chanaresuchus* da Formação Chañares, datada radiometricamente da base do Carniano. A área reúne elementos essenciais para o estabelecimento de correlações estratigráficas, biogeográficas e cronológicas, possibilitando a reconstituição da retomada dos ecossistemas mesozoicos após a extinção Permo-Triássica. Entre os fósseis registrados na Sanga dos Fósseis, destacam-se os seguintes táxons: *Candelaria barbouri* Price, 1947; *Chiniquodon* Huene, 1936; *Dinodontosaurus turpior* Huene, 1935; e *Candelariodon barberenai* Oliveira et al., 2011. Diante da expressiva relevância da área, tanto no cenário internacional quanto para a Paleontologia de Vertebrados do Rio Grande do Sul, foi elaborada, junto à SEMA-RS, uma proposta de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na categoria Monumento Natural. Esta categoria foi escolhida por ter como objetivo proteger sítios naturais raros e/ou singulares, contemplando, assim, a valorização do patrimônio paleontológico. O estudo técnico também propôs a delimitação de três alternativas de Zona de Amortecimento (ZA) da UC, variando de 12.600 a 20.500 hectares, abrangendo os principais afloramentos fósseis conhecidos no entorno da área proposta para proteção. As diferentes delimitações visam englobar a maior diversidade de litologias, refletindo uma ampla variedade de paleoambientes e, conseqüentemente, ampliando o potencial de ocorrência de fósseis. Destaca-se que a criação desta UC no município de Candelária possui o potencial de agregar um novo alvo de conservação ao território do Corredor Ecológico da Quarta Colônia, o que poderá demandar ajustes futuros nos limites do corredor, ampliando e fortalecendo os esforços de conservação e de manutenção da conectividade com os demais ambientes naturais. Adicionalmente, desde a entrega da proposta técnica, alguns eventos relacionados à temática paleontológica reforçaram ainda mais a importância da região central do Estado. Em 2021, os municípios inseridos na Formação Santa Maria receberam o reconhecimento do 'Guinness World Records' por possuírem

os principais registros dos dinossauros mais antigos do mundo, com 233 milhões de anos. No ano seguinte, o município de Agudo — localizado a 60 km de Candelária — recebeu o título de "Berço dos Dinossauros" por meio da Lei Estadual nº 15.797, de 24 de fevereiro de 2022. Em 2023, a região foi contemplada com a certificação do Geoparque Quarta Colônia como Geoparque Mundial da UNESCO. Embora Candelária não integre formalmente o Geoparque, sua proximidade e afinidade temática indicam que poderá ser beneficiada por essa iniciativa. Por fim, destaca-se que esta será a primeira Unidade de Conservação estadual voltada à proteção do patrimônio paleontológico, contribuindo também para a conservação dos ecossistemas do bioma Pampa, o fortalecimento do turismo regional, o avanço do conhecimento científico e cultural, bem como o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno. Atualmente, o processo de criação dessa UC encontra-se na fase preparatória para a realização da Audiência e Consulta Pública. Destacam-se alguns marcos do histórico técnico e político da SEMA no processo de fundamentação desta área como imprescindível para criação de Unidade de Conservação:

- 1) Em **1996**, a preocupação da comunidade de Candelária com a preservação de seu patrimônio paleontológico levou, em parceria com a sociedade científica do Estado, à implementação de ações dentro do **Programa Pró-Guaíba**, resultando na ampliação das pesquisas e na proposta de criação de um Parque Paleontológico.
- 2) A demanda social e as descobertas do Programa Pró-Guaíba levaram à publicação do **Decreto Estadual n.º 40.543/2000**, que declarou de utilidade pública áreas em Candelária para a criação de um Parque Paleontológico, com parte dos terrenos adquiridos pelo Estado nos anos seguintes.
- 3) Em **2019**, a Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas da SEMA reiterou o pedido de criação de Unidade de Conservação na área via PROA, apresentando uma proposta de consulta quanto à finalidade de uso dos imóveis localizados no município de Candelária/RS. A iniciativa visava à criação de um Parque Paleontológico, uma UC classificada como **Monumento Natural**, inspirada no Vale dos Dinossauros, localizado no município de Sousa, na Paraíba.
- 4) Em **agosto de 2019**, foi solicitado que fossem anexadas ao processo as matrículas das áreas adquiridas pelo Estado, o relatório/parecer técnico que fundamentou a declaração de Utilidade Pública da área descrita no Decreto Estadual nº 40.543/2000, além de outras documentações técnicas que comprovassem a importância paleontológica e/ou ambiental da área e região.
- 5) Em **fevereiro de 2021**, com as justificativas anexadas e considerando a relevância do tema, o processo foi encaminhado para análise da Divisão de Unidades de Conservação (DUC).
- 6) Em **abril de 2021**, a equipe da DUC anexou ao processo a **Proposta de Criação da Unidade de Conservação no Município de Candelária, Rio Grande do Sul**, produzida por uma equipe multidisciplinar formada por analistas da SEMA e da FEPAM. Essa proposta foi encaminhada à Direção do Departamento de Biodiversidade (DBIO) por meio do **Memorando nº 06/2021 - DUC**.
- 7) Ainda em **abril de 2021**, foi encaminhada uma sugestão de **Minuta do Projeto de Lei** para a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, classificada como **Monumento Natural (do Triássico do Pampa Gaúcho)**, no município de Candelária.
- 8) Em **outubro de 2021**, foi anexada ao processo a versão final da proposta e informado que o próximo passo, após a apreciação do documento, seria a abertura do procedimento de **Consulta Pública**. Essa etapa tem como objetivo subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados da Unidade de Conservação, bem como a definição de sua denominação oficial.
- 9) Em **abril de 2022**, foi adicionado ao processo o **Documento de Informação nº 09/2022 - DUC/DBIO/SEMA**, relatando a situação das atividades passíveis de licenciamento ambiental na região da proposta da Unidade de Conservação. Também foram incluídas atualizações sobre as potencialidades turísticas do patrimônio paleontológico local.

- 10) Em **maio de 2022**, foi solicitada a revisão da proposta, com ajustes relacionados à **zona de amortecimento** da Unidade.
- 11) Em **junho de 2022**, foram adicionadas ao processo três propostas para as zonas de amortecimento, formalizadas na **Folha de Informação nº 14/2022 - DUC/DBIO/SEMA**.
- 12) Em **agosto de 2022**, realizou-se uma reunião na sede da SEMA/RS, em Porto Alegre, com a participação de representantes da SEMA e da Prefeitura de Candelária, tendo como pauta a proposta da Unidade de Conservação.
- 13) Em **dezembro de 2022**, foi incluído no processo um **ofício do Gabinete da SEMA (OF. GAB/SEMA nº 1224/2022)** enviado à Prefeitura Municipal de Candelária, encaminhando o Parecer Técnico e material técnico relacionado à proposta.
- 14) Em **janeiro de 2023**, o processo recebeu um novo anexo, com o **Ofício (OF. GAB/SEMA nº 1100/2022)** reiterando o envio da proposta à Prefeitura de Candelária. O recebimento foi confirmado pelo Gabinete do Prefeito.
- 15) Ainda em **janeiro de 2023**, por meio do **Memorando nº 65/2022 - DUC/SEMA**, foi informado que não houve manifestação formal do Executivo Municipal de Candelária quanto aos documentos enviados. O memorando sugeriu a indicação de uma equipe da SEMA para auxiliar nos preparativos da Consulta Pública e demais trâmites.
- 16) Em **abril de 2023**, foi realizada uma **vistoria técnica em Candelária**, conduzida por analistas da FEPAM, integrantes da equipe do Corredor Ecológico da Quarta Colônia, e por uma paleontóloga da SEMA. A vistoria teve como objetivo levantar informações complementares para o processo de criação da Unidade de Conservação. Este documento ainda não foi anexado ao PROA.
- 17) Por fim, em **agosto de 2023**, o processo foi encaminhado à chefia da DUC para análise e providências cabíveis.

Objetivo da proposta:

Tem como objetivo geral a conservação do patrimônio fossilífero do período Triássico, devido à singularidade dos materiais presentes no local e à sua relevância científica e cultural, bem como assegurar e incentivar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais do bioma Pampa. De forma mais específica, os objetivos almejados para o Monumento Natural são:

- preservar o patrimônio fossilífero, em função da importância e singularidade dos materiais presentes na área que permitem recontar a história de evolução do planeta, constituindo um geopatrimônio de histórica importância para a comunidade científica nacional e internacional;
- resguardar os ecossistemas e a biodiversidade, representativos do bioma Pampa presentes na região;
- contribuir na consolidação do turismo paleontológico na Região Central do Estado;
- desenvolver e ampliar o conhecimento científico/cultural sobre o patrimônio fossilífero;
- estimular o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades do entorno.

Principais Ecossistemas abrangidos:

A região está situada nos limites de dois biomas: ao norte, o bioma Mata Atlântica, representado pela Floresta Estacional Subtropical que recobre os contrafortes da Serra Geral; e ao sul, o bioma Pampa, na fitofisionomia de Campo Sub-Montano Interior, com matas ciliares, capões e extensas áreas de campos formadas por associações herbáceas e arbustivas. A área de interesse insere-se no domínio do bioma Pampa, apresentando características típicas de ecótono. Destacam-se na paisagem os recursos hídricos, o Cerro do Botucará e os sítios paleontológicos da região, cujos sedimentos do período Triássico possuem relevância científica em nível mundial. É importante ressaltar que, devido ao tipo de rocha sedimentar predominante na área — que não favorece a exposição de afloramentos —, as drenagens e seus taludes tornam-se os locais mais propícios para o afloramento das rochas

triássicas e, conseqüentemente, para a exposição do conteúdo fóssilífero da região. Por essa razão, a proposta de conservação deve priorizar a sanga, seus taludes e as áreas de entorno.

Municípios abrangidos diretamente: Candelária/RS.

Mapa de localização:

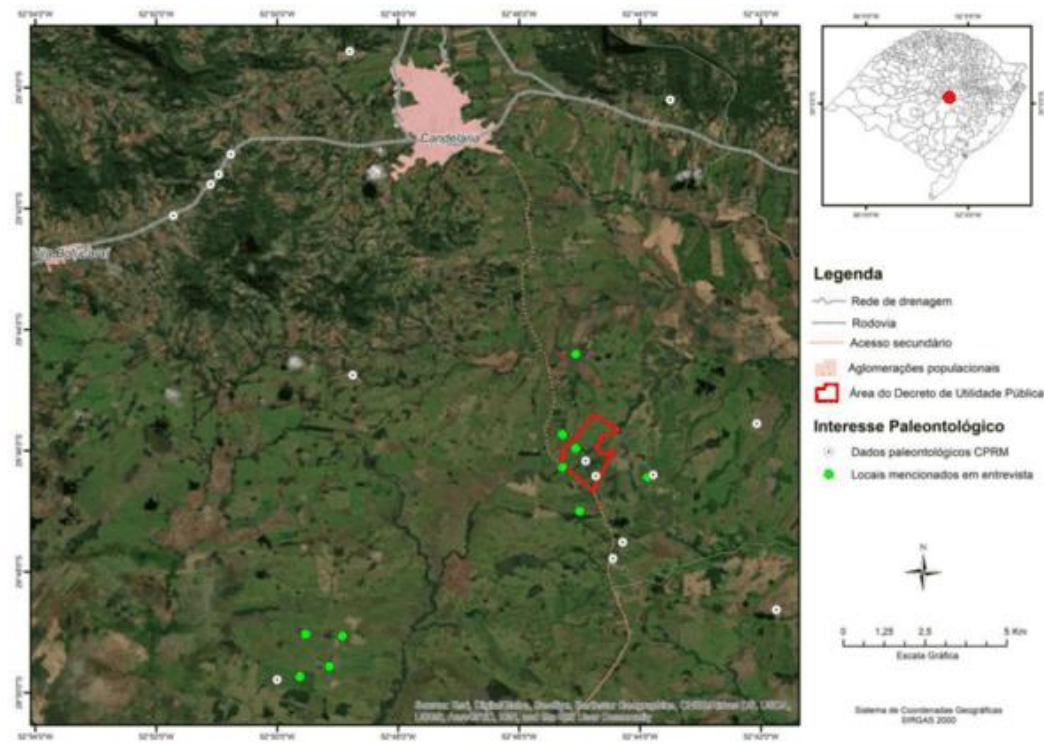


Fig. 01. Mapa do município de Candelária e localização da área de posse do Estado.

Mapa da proposta:

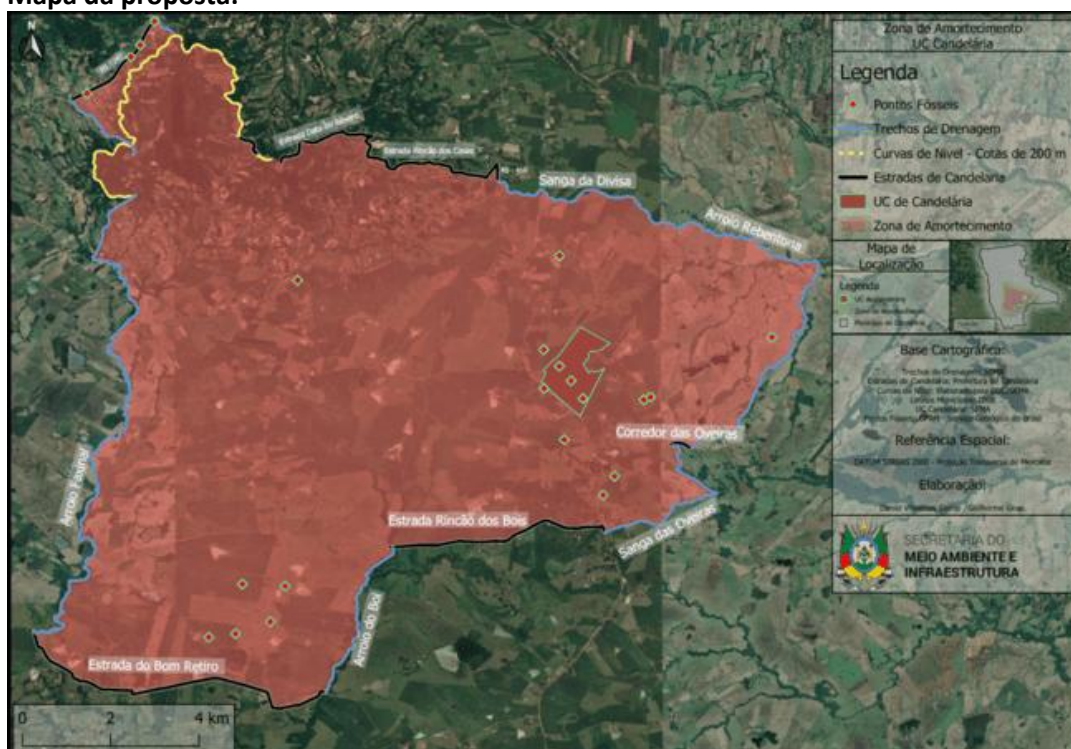


Fig. 02. Zona de Amortecimento a ser apresentada para a Consulta Pública, onde irá receber as sugestões e possíveis alterações de traçados.

Atores já mobilizados:

O processo administrativo conta com uma proposta técnica robusta e detalhada, elaborada por uma equipe multidisciplinar composta por analistas da SEMA e da FEPAM. Além disso, contribuíram para a fundamentação técnico-científica da proposta, por meio de reuniões e/ou do envio de relatórios e pareceres oficiais, as seguintes instituições e profissionais: Sr. Carlos Nunes Rodrigues, diretor do Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues de Candelária; Sra. Márcia Luciana da Cunha, diretora da Associação Pró-desenvolvimento da Vila Pinheiro e Região de Campo; Equipe de Coordenação do Corredor Ecológico da Quarta Colônia; Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia – CAPPA; Sociedade Brasileira de Paleontologia; CPRM - Serviço Geológico do Brasil; Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas DPMCC/DBIO/SEMA; Departamento de Paleontologia e Estratigrafia Instituto de Geociências/UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Geociências (PPGGEO)/UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Sistemática e Conservação da Diversidade Biológica (PPGSCBio)/SEMA-UERGS.

Principais oportunidades já levantadas:

A paleontologia, além de conferir reconhecimento nacional e internacional ao município, é um dos principais atrativos turísticos de Candelária. O município também possui diversos atrativos naturais, culturais e históricos, entre os quais se destacam: a Cascata da Ferradura, o Cerro Botucaraí, o Aqueduto de Candelária, a Ponte do Império, entre outros. Nesse contexto, a implantação do Monumento Natural deve contemplar atividades voltadas à visitação pública, à educação ambiental, à disseminação e ao incentivo à ciência, além de fomentar o desenvolvimento do turismo regional. Para isso, pretende-se viabilizar ações diretamente relacionadas aos fósseis e à temática paleontológica. Dentre essas, destacam-se as seguintes possibilidades:

- visitas guiadas em trilhas sobre passarelas dentro dos sítios paleontológicos, a fim de viabilizar a visualização das áreas de prospecção;
- parceria com o Museu Aristides Carlos Rodrigues que possibilite a ampliação do espaço de exposição com temas como Origem do Universo, da Terra, Evolução da Vida, formação dos Fósseis, réplicas da fauna e flora extinta do RS, Brasil e América do Sul. Sugere-se que a área do Monumento Natural funcione como um complemento de campo do Museu Aristides Carlos Rodrigues, onde ficaria a exposição que aproveitasse os elementos naturais da área;
- implantação de estruturas de lazer, diversão e promoção cultural, como Centro de Eventos, que permita grandes reuniões científicas, culturais, Cursos de Extensão/Aperfeiçoamento Profissional, Teatro, Cinema, festivais de Música, Dança etc. Por exemplo, as atividades realizadas pelo CAPPA poderiam se aproveitar desse espaço. Dotar a UC com as estruturas/espços de uso público contribui com o desenvolvimento turístico da região, além de servir como uma fonte de recursos para a sua manutenção;
- implantação de Bar/Café/Restaurante. Considerando a previsão de visitação como um dos focos da UC, este tipo de infraestrutura se justifica, pois a UC fica distante de centros urbanos, onde este serviço está disponível. Outra opção para atender a essa demanda seria construir com a comunidade local um espaço junto à UC para oferecer lanches e refeições ao público visitante, agregando-se assim a culinária local, além de oportunizar personalizações, como bolos e biscoitos decorados/temáticos com dinossauros;
- implantação de espaço infanto-juvenil Miniparque Temático Triássico, com a possibilidade de possuir uma reconstituição da vida no Triássico do RS, em tamanho natural para os

turistas melhor entenderem a vida e seu ambiente nos tempos do Triássico; um “sítio fossilífero” reconstituído, para crianças brincarem de paleontólogo, escavando “fósseis”, identificarem os ossos e fósseis e fazerem cópias em resina ou gesso; brinquedos modelados como vertebrados extintos (modelos fiéis, didáticos) e pedalinhos, modelados como vertebrados/invertebrados extintos, usando o açupe existente.

Em relação às atividades passíveis de licenciamento ambiental na região da proposta de Unidade de Conservação foi informado pela equipe técnica da FEPAM que não há óbice ou impeditivo à criação da UC proposta para as atividades de silvicultura, Geração Hídrica, Geração Eólica e Linhas de Transmissão. Ainda foi esclarecido que não há nenhum registro de silvicultura cadastrada nas poligonais da UC e de sua ZA e que os imóveis da região possuem características produtivas das quais a silvicultura não é um grande fator de pressão ambiental. Complementarmente, em consulta ativa ao SIGMINE foi verificado que não há qualquer processo de lavra dentro da área da proposta de UC. Também foram identificados processos ativos de argila e saibro pertencentes a três pequenas mineradoras dentro da zona de amortecimento proposta, as quais também não representam pressão ambiental contrária a UC.

O Plano Ambiental Municipal de Candelária, elaborado em 2008, prevê a elaboração e execução do Projeto nº 19, referente a implantação do Parque Paleontológico de Candelária (pg. 184).

Principais vetores de pressão já identificados:

Vegetação arbórea/arbustiva que está crescendo sob os principais locais de afloramento fossilífero da área da Sanga dos Fósseis, podendo comprometer o material ali depositado, visto que as raízes das árvores podem penetrar no solo nas rochas triássicas, desarticulando e destruindo o material fóssil ali presente. Ausência de conhecimento da comunidade local sobre as implicações da zona de amortecimento para a realização das atividades com licenciamento ambiental, em especial as que requerem movimentação de solo. Ausência de manifestação oficial do Executivo Municipal de Candelária sobre a proposta de criação da UC.

Status atual:

Na SEMA, o PROA aguarda os trâmites para a consulta pública. Até o momento seguiu o rito necessário e a inclusão no GEF Terrestre ocorre em ocasião oportuna, justamente quando processo necessita de ações decisivas e objetivas para o desdobramento.

Não há relato de contraposições ao projeto de criação da unidade de conservação, contudo não houve manifestação por parte do executivo municipal de Candelária. Nesse sentido, o Estado deve dar prosseguimento ao feito.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA
QUE IRÁ APOIAR A SEMA- RS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TRES UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
ESTADUAIS NO BIOMA PAMPA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APÊNDICE II

Nome da proposta: Criação de unidade de conservação do grupo de proteção integral no lugar denominado de Cerro do Jarau

Número processo administrativo (proa): PROA nº 23/0500-0001290-6

Categoria de Manejo da Unidade de Conservação proposta: Monumento Natural

Histórico/contextualização da demanda de criação:

A demanda pela criação de uma unidade de conservação que contemplasse o Cerro do Jarau partiu da entidade denominada de Associação Uruguaianense de Proteção dos Animais e Meio Ambiente que encaminhou à Governadora de Estado Yeda Crusius o Of. nº 002/2009. Diretorias, de 13/01/2009 (fls. 09 a 13 do PROA nº 23/0500-0001290-6) em nome do "Movimento Transfronteiriço". Nesta solicitação, é enaltecida a singularidade do local, tanto na paisagem quanto na diversidade de espécies da fauna e da flora nativas. Na sequência, o expediente administrativo foi encaminhado à DUC para avaliar a pertinência da solicitação, que realizou expedição na região do Cerro do Jarau e emitiu o Parecer nº 71/2009 favorável à criação de uma unidade de conservação. A partir daí, foram tomadas as providências cabíveis para criar um grupo de trabalho e elaborar a proposta técnica. Este trabalho foi realizado entre os anos de 2012 e 2014.

Após dois anos sem que fosse dado andamento no processo de criação da UC mais uma vez, no ano de 2016, a sociedade se pronuncia referente ao assunto através da Moção nº 15/2016, aprovada pela plenária do I Congresso Internacional do Pampa/III Seminário de Sustentabilidade da Região do Pampa (20 a 22/06/2016, em Santa Maria/RS), a qual requereu à SEMA e outros órgãos ambientais que fossem tomadas "*todas as medidas necessárias à criação da Unidade de Conservação Monumento Natural Cerro do Jarau, localizado no município de Quaraí/RS*". Assim, no ano de 2017 é designado novo Grupo de Trabalho para dar prosseguimento ao processo de criação da UC, cuja última reunião registrada no expediente administrativo tem data de 11/01/2018. As atividades para a criação da UC estão paradas desde então.

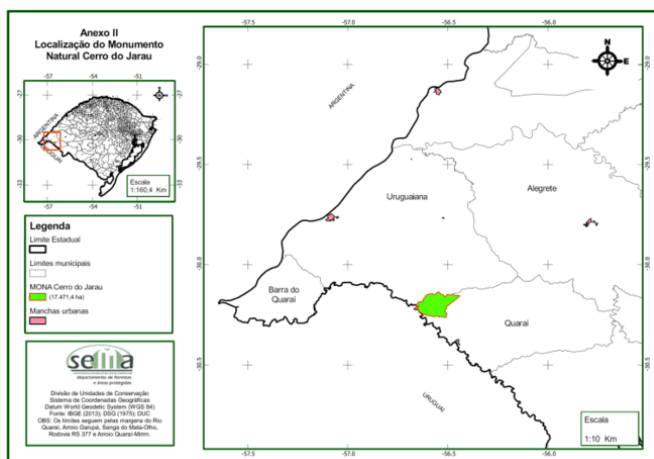
Objetivo da proposta:

- Preservar a região do astroblema do Jarau, em função de sua singularidade;
- Preservar os ecossistemas e a biodiversidade representativos do Bioma Pampa, em especial aqueles associados à formação do astroblema do Jarau.

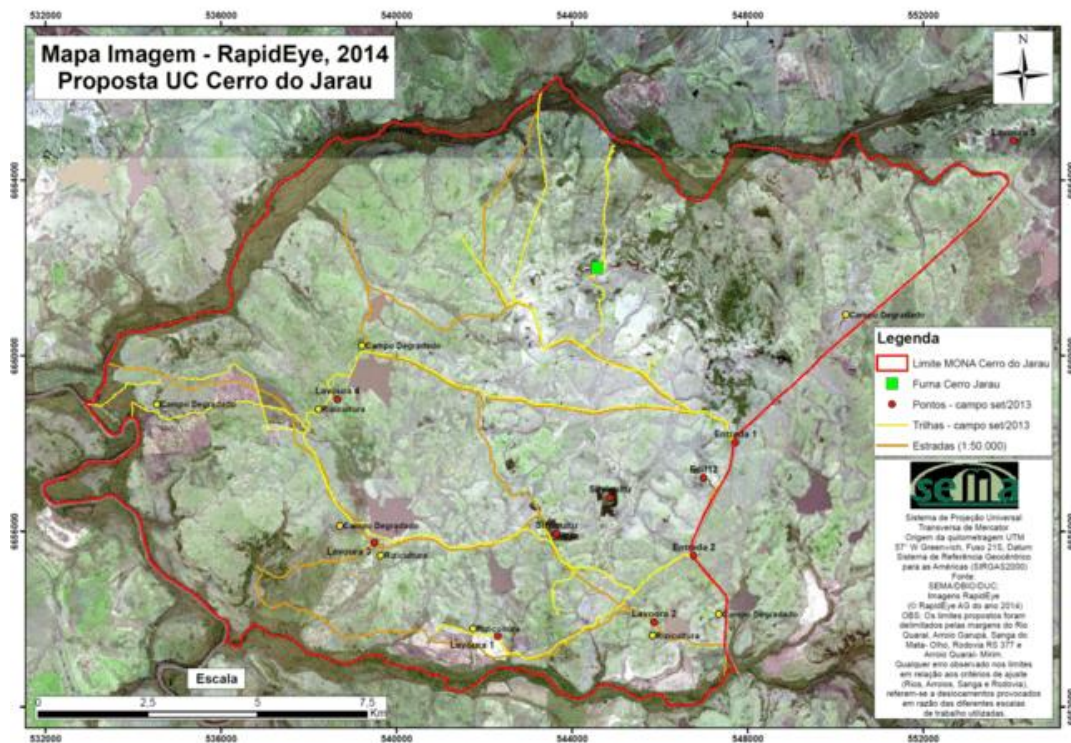
Principais Ecossistemas abrangidos: A proposta abrange os ecossistemas seguintes representativos do Pampa: campos de solos rasos, campos rupestres, matas ciliares e capões de mata, parque de inhanduvá (*Neltuma affinis*).

Municípios abrangidos diretamente: Quaraí/RS

Mapa de localização:



Mapa da proposta:



Atores já mobilizados:

1 - Sindicato Rural Quaraí - Ivo Wagner; 2 – Executivo Municipal de Quaraí da gestão em 2017 – Ricardo Olaechea Gadret (Prefeito), Mikaela Bandeira (Secretaria de Desenvolvimento Rural), Rafael Refatti Severo (Secretário do Desporto); 3 - Chefe da APA do Ibirapuitã (ICMBio) - Raul Cândido da Trindade Paixão Coelho; 4 - Comitê Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí; 5 - Pesquisadores da UFRGS, PUCRS, MCN/SEMA - Glayson Bencke (MCN/SEMA), Ricardo Ott (MCN/SEMA), Jan Mahler (MCN/SEMA), Ana Maria Ribeiro (MCN/SEMA), Ilsi Boldrini (Botânica/UFRGS), Gerhard Ernst Overbeck (Botânica/UFRGS), Roberto Verdum (Geografia/UFRGS), Carlos Nabinger (Agronomia/UFRGS), Sandra Muller (Ecologia/UFRGS), Carla Suertegaray Fontana (Igré-Associação Sócio Ambientalista), Marcelo Fett (Alianza del Pastizal), Carlos Augusto Brasil Peixoto (SGB - DGM - GEREMI - SUREG/Porto Alegre).

Principais oportunidades já levantadas: O Cerro do Jarau está inserido dentro das áreas prioritárias do bioma Pampa (Portaria Nº 463, de 18 de dezembro de 2018), sob código PA019, cuja ação prioritária é a criação de Unidade de Conservação. De acordo com manifestação da FEPAM (PARECER TECNICO Nº 10/2019 - DIPLAN e INFORMAÇÃO TÉCNICA DASP Nº 5/2020) não há conflitos da criação da UC com atividades de competência do DGEN (Geração Hídrica, Geração Eólica e Transmissão de Energia) nem com atividades de competência do DASP (silvicultura e irrigação).

O Astroblema de Cerro do Jarau está cadastrado como sítio geológico do CPRM – Serviço Geológico do Brasil (<https://www.sgb.gov.br/geossit/geossitios/ver/1958>). Não há conflito com áreas de interesse mineral, conforme Sistema de Informações Geográficas da Mineração - SIGMINE da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Principais vetores de pressão já identificados:

Produtores de arroz nas várzeas dentro da área proposta (IRGA, Empresa Limarroz, Associação dos Arrozeiros de Quaraí).

Status atual:

Descontentamento com a dimensão da proposta por incluir as áreas de várzea de produção de arroz.

O processo de criação parou em dois momentos distintos. A primeira vez, em 2014, cuja duração foi de 3 anos, após impasse gerado com a Prefeitura Municipal de Quaraí e alguns segmentos da sociedade do município. Na segunda vez, desde o ano de 2018, sem que estejam claros os motivos da interrupção no andamento do processo.

Atualmente, o processo tende a ser retomado através da inclusão da proposta no projeto GEF Terrestre.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA QUE IRÁ APOIAR A SEMA- RS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TRÊS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS NO BIOMA PAMPA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APÊNDICE III

Nome da proposta:

Criação de Unidade de Conservação no contexto dos Campos de Dunas do Litoral Norte do RS (Cidreira-Tramandaí) e ecossistemas terrestres associados.

Número processo administrativo:

PROA 23/0500-0001220-5 (Processo físico: 552-0500/11-1 - volumes I e II).

Categoria de Manejo da Unidade de Conservação proposta:

Unidade de Conservação de Proteção Integral (proposta preliminar de Parque Estadual pelo Parecer Técnico DBIO nº 001/2018, anexo a este Termo de Referência), tendo como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Histórico/contextualização da demanda de criação:

Inserida nas áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade (MMA 2004) o complexo de dunas situado entre os municípios de Tramandaí e Cidreira é um dos poucos trechos remanescentes da paisagem original da região costeira do Litoral Norte onde ainda há corredores de alimentação, nos quais a areia é transportada da praia para o interior da costa, impedindo assim a extinção da dinâmica ali existente.

As grandes extensões das dunas, as lagoas que permeiam e os corpos de água temporários, comuns no inverno devido à baixa profundidade do lençol freático, tornam esse ambiente de relevante beleza cênica litorânea. Além do valor estético muito admirado pelos visitantes, as dunas desempenham uma função ecológica de extrema importância ao abrigarem diversas espécies ameaçadas, endêmicas e raras como, por exemplo: *Rhinella arenarum* (sapo-cururu-da-areia, que habita zonas costeiras de solo arenoso), *Liolaemus occipitalis* (lagartixa-da-praia, classificada como vulnerável), *Ctenomys flamarioni* (tuco-tuco-das-dunas, classificada como em perigo), *Gymnogeophagus lacustris* (cará-da-lagoa, endêmica da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí), entre outros. A área ainda recebe particular destaque pela sua alta geodiversidade ao abranger, lagos, lagoas, banhados, restingas, dunas embrionárias e dunas frontais.

Apesar do alto interesse social, cultural e ecológico das dunas de Cidreira a região sofre diretamente com a supressão e alteração de sua paisagem natural pela desenfreada expansão urbana. De forma indireta, tais modificações contribuem com a obstrução dos corredores de alimentação, essenciais para a manutenção da dinâmica ecológica local.

Destacam-se alguns marcos do histórico técnico e político da SEMA no processo de fundamentação desta área como imprescindível para criação de Unidade de Conservação:

- 1) No ano de 2004, o complexo de dunas de Cidreira foi apontado como área de interesse prioritário para conservação durante o I Seminário sobre o Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.
- 2) Em 2008, em decorrência do licenciamento do Parque Eólico de Tramandaí, a empresa Eletrobrás manifestou interesse na criação de uma unidade de conservação na região entre Cidreira e Tramandaí, visando obter a compensação ambiental.

- 3) Em 2009, uma equipe técnica da Divisão de Unidade de Conservação da SEMA, após vistorias, emitiu o Parecer 080/2009, no qual foi manifestou concordância com a criação de uma UC naquele local e foi apresentada uma proposta de delimitação de área.
- 4) Neste período foi emitida licença prévia para instalação de outro parque eólico, na mesma área proposta para criação da UC. Não havendo acordo entre DUC e órgão licenciador, o processo foi remetido para instâncias superiores. O órgão licenciador apresentou proposta para criação de UC com área divergente da área proposta pelo Parecer do corpo técnico da DUC.
- 5) Ainda em 2009, a organização da sociedade civil Instituto Curicaca ajuizou uma ação civil pública (Processo n.º 2009.71.00.033645-9) visando à proteção da área indicada para conservação. A ação resultou, em 2010, na suspensão dos efeitos de qualquer licença já concedida para empreendimento naquela área e proibição licenças futuras.
- 6) Também em 2010, foi aberto novo processo (n.º 002550-0567/10-2), dessa vez pela organização da sociedade civil Farol da Terra, solicitando a ampliação da área da UC, visando abranger a faixa de praia, dada sua relevância.
- 7) Em 2011, o Ministério Público do Rio Grande do Sul solicitou informações à DUC sobre a Proposta de criação da UC (Inquérito civil nº 00915.00025/2011), que, na ocasião daquela gestão, se manifestou contra a criação da UC para priorizar as demandas necessárias para o funcionamento das UCs já existentes.
- 8) Em maio de 2012 ocorreu uma audiência do inquérito civil na qual o MP sugeriu enviar as demandas de criação da UC para o ICMBio.
- 9) Em 2017, foi criado o Grupo de Trabalho, formado por servidores da DUC e DBIO, para criação da UC Dunas de Cidreira. Ao longo do ano o grupo realizou diversas reuniões com o principal objetivo de, primeiramente, estabelecer a poligonal da UC. Para tal objetivo contaram com o apoio de pesquisadores e instituições voltadas a conservação ambiental, o que foi fundamental para estabelecer a abrangência necessária da UC para a efetiva proteção da biodiversidade local.
- 10) Em 2018, através do Parecer Técnico 01/2018, o Grupo de Trabalho propõe a área ideal para a criação da unidade e a necessidade de conservar também a porção marinha da área adjacente, a fim de proteger o Parcel de Cidreira, formação rochosa que abriga algas, corais e animais bentônicos e também serve como berçário e refúgio para animais como peixes e mamíferos marinhos. Com tal embasamento, o grupo propôs a criação de duas unidades de conservação de diferentes categorias, visando atender as diferentes particularidades e desafios de cada uma. Uma UC terrestre, na categoria Parque Estadual e uma UC marinha, na modalidade Refúgio da Vida Silvestre.
- 11) Em 2022, foi solicitada a avaliação fundiária dos lotes necessários a serem adquiridos para poder efetivar a UC. A Subsecretaria de patrimônio enviou o parecer através do Laudo nº137/2023.
- 12) Apesar da grande importância da proteção da área marítima para a conservação e manutenção da biodiversidade do Parque Estadual Dunas de Cidreira, optou-se por priorizar a criação da UC terrestre, incluindo a área das dunas frontais. Posteriormente a criação da UC marinha seguirá em processo próprio, respeitando a complexidade que ambos os projetos demandam.

Objetivo da proposta:

Conservar amostras do último remanescente de um gradiente de ecossistemas e espécies tipicamente representativos da planície costeira do Litoral Norte do RS que estão hoje praticamente desaparecidos devido à grande e crescente ocupação e urbanização dos balneários e cidades litorâneas.

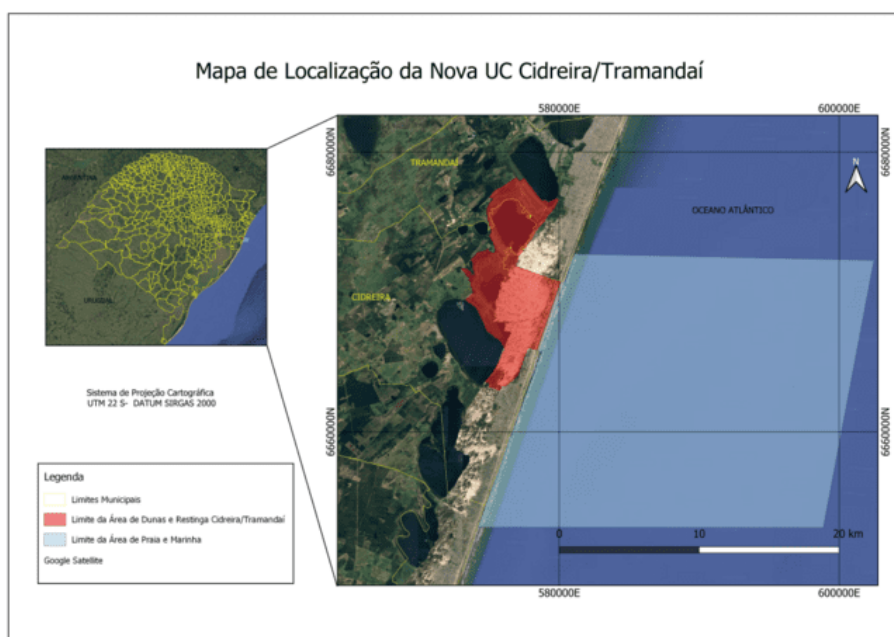
Principais Ecossistemas abrangidos:

A proposta de Unidade de Conservação Terrestre compreende o perfil da sequência da fisionomia de uma paisagem remanescente da Planície Costeira no Litoral Norte do RS (sentido leste –oeste): dunas

frontais, restinga herbácea, campos litorâneos úmidos, campo de dunas, banhados e juncais, lagoas costeiras e matas de restinga. A conservação desta área tem em perspectiva a proteção de diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de ecossistemas e paisagens específicas, sob grande pressão antrópica. Ademais, o processo geológico de formação e manutenção das dunas está bloqueado em praticamente todo o Litoral Norte, sendo esta a única região que ainda apresenta tal dinâmica ativa.

Municípios abrangidos diretamente: Cidreira e Tramandaí

Mapa da localização:



Mapa da proposta:

Apresenta-se abaixo a proposta de delimitação de área da UC terrestre, incluindo dunas frontais. A imagem conta com a proposta da UC marinha, a qual tem suma importância para a conservação da UC terrestre, a ser criada posteriormente.



Necessidade de detalhamento:

Os limites da proposta de Unidade de Conservação requerem uma revisão e ajuste fino a partir de análise geoespacial, atualização de informações já publicadas, consulta pública e análise de sustentabilidade financeira, conforme escopo de atividades definidas no Termo de Referência.

A partir de recomendação preliminar definida pela Divisão de Unidades de Conservação no ano de 2009 (Parecer DUC nº 080/2009), o Grupo de Trabalho constituído em 2017 avaliou a necessidade de alteração dos limites da área preliminarmente proposta em 2009, incluindo os seguintes aspectos: 1) a ampliação de seus limites à oeste, noroeste e norte, contemplando mais significativamente os campos úmidos, banhados, lagoas e capões de mata de restinga; 2) a ampliação de seu limite ao sul, visando abranger uma área mais significativa dos campos de dunas, de alto grau de ameaça no contexto do LN, conforme já relatado; 3) a ampliação de seu limite à leste, nordeste e sudoeste, visando à inclusão do corredor de alimentação das dunas frontais (faixa de praia).

Atores já mobilizados:

No decorrer da elaboração da proposta técnica, em 2018, o GT responsável mobilizou um conjunto de atores que contribuíram para sua fundamentação técnica. Além de uma robusta equipe de pesquisadores da atual Divisão de Pesquisas e Manutenção de Coleções Científicas do Departamento de Biodiversidade (DPMCC/DBIO), contribuíram para o processo de fundamentação técnico-científica da proposta, por meio de reuniões e/ou do encaminhamento de relatórios e pareceres oficiais, as seguintes instituições: Instituto Curicaca, Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Presidência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS), Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/RAN), Museu de Ciências Naturais do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MUCIN/CECLIMAR/ UFRGS), Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IB/UFRGS).

Principais oportunidades já levantadas:

A proposta preliminar mapeou atividades em desenvolvimento pela comunidade local, com destaque para *sandboard*, turismo de aventura em dunas e turismo em lagoas. A categoria de Parque, conforme Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Permite, nesse sentido, a compatibilização com estes usos públicos historicamente presentes na área, conforme normas e restrições a serem estabelecidas pelo Plano de Manejo.

De acordo com manifestação da FEPAM (Informação Técnica 2020 - DIGEN e INFORMAÇÃO TÉCNICA DASP nº 5/2020) não há conflitos da criação da UC com atividades de competência do DASP (silvicultura e irrigação) e há uma Linha de Transmissão sobreposta à área da UC, que liga o Parque Eólico Tramandaí, da EDP Renováveis (LO nº 1282/2015-DL) ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Também foi identificado o licenciamento do Complexo Eólico Lagoa da Fortaleza (5257-0567/18-4), que se encontrava em fase inicial de análise. Não há conflito com áreas de interesse mineral, conforme Sistema de Informações Geográficas da Mineração - SIGMINE da Agência Nacional de Mineração (ANM). Foi realizado, em setembro de 2023, pela Divisão de Avaliação de Imóveis – DIAVA, o Laudo de Avaliação nº 137/2023, referente a área pertencente a CMPC, que corresponde a área de dunas e equivale a mais de 50% da área proposta como UC. O Valor de Mercado do Imóvel foi de R\$ 19.300.000,00. A empresa CMPC, à época, demonstrou interesse em repassar a área ao Estado mediante quitação de valor equivalente de sua dívida ambiental com o Estado. A avaliação tem prazo de validade limitado a dois anos a partir de sua lavratura, conforme determinado pela Lei Nº 15.764 de 15 de dezembro de 2021.

Principais vetores de pressão já identificados:

Destaca-se como o principal vetor, incontestavelmente, a grande e crescente ocupação e urbanização destas cidades litorâneas e seus balneários. O mapa apresentado é emblemático quanto a este aspecto, uma vez que nele se pode claramente evidenciar duas áreas urbanas em processo de expansão (limites norte e sul das dunas frontais), com tendência à conurbação, unificando as manchas urbanas dos municípios abrangidos, como a já ocorrida em outras partes do Litoral Norte. Outros fatores de pressão levantados, acima elencados, referem-se à conversão atual de áreas de campos de dunas e ecossistemas associados da planície costeira do RS para usos em silvicultura e parques eólicos.

Status atual:

O processo administrativo da SEMA está ativo. Até o momento seguiu os trâmites necessários e a inclusão no GEF Terrestre ocorre em ocasião oportuna, justamente quando processo necessita de ações decisivas e objetivas para o desdobramento.

Não há registro de contraposições ao projeto de criação da unidade de conservação por parte das prefeituras de Cidreira e Tramandaí.